

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar – Departamento de Gerontologia.
São Carlos – SP.

Lucas Bueno de Campos

Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar – Departamento de Gerontologia.
São Carlos – SP.

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar – Departamento de Gerontologia.
São Carlos – SP.

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar – Departamento de Gerontologia.
São Carlos – SP.

Nayara Mendes Silva

Universidade Federal de São Carlos –
UFSCar – Departamento de Gerontologia.
São Carlos – SP.

RESUMO: Diante do envelhecimento populacional destaca-se a necessidade de repensar políticas habitacionais que atendam a pessoa idosa de baixa renda. Tendo em vista a heterogeneidade desse segmento, e a relevância da participação social na manutenção e na construção de direitos, esse artigo destaca a luta do Grupo de Articulação por Moradia

para Idosos da Capital - GARMIC na implementação da moradia adequada, realizada por meio do engajamento dos próprios interessados, resultando na conquista da Vila dos Idosos (SP).

PALAVRAS-CHAVE: Moradia adequada; Envelhecimento; Políticas Públicas; Movimentos Sociais; Protagonismo.

ABSTRACT: In the face of population aging, there is a need to rethink the housing policies which meet the needs of the poor elderly. Given the heterogeneity of the segment and the importance of the social participation in order to the maintaining and building rights, this article highlights the GARMIC efforts in the implementation of its adequate housing, resulting on Vila dos Idosos conquest.

KEY-WORDS: Adequate housing; Aging; Public Policy; Social Movements; Protagonism.

1 | INTRODUÇÃO

O cenário urbano brasileiro, já tão modificado nos últimos anos, enfrenta um novo desafio: o envelhecimento populacional. Tal fenômeno está diretamente ligado às taxas de fertilidade

e de mortalidade e não acontece unicamente em nosso país, mas em vários outros que estão em desenvolvimento. Paralelamente, sabe-se que atualmente os casais tem menos filhos do que os casais de gerações passadas, o que contribui para redução no número de crianças e resulta em uma população cada vez mais envelhecida.

Segundo dados do IBGE (2013), em 1960 o número médio de nascimentos por mulher era de 6 filhos, atualmente a média, é de 1,8 filhos por mulher. Pode-se analisar a partir dessas informações a enorme queda na taxa de fecundidade brasileira.

Por outro lado, houve um aumento na expectativa de vida do brasileiro. Na década de 1960, a média da expectativa de vida era de 57 anos, atualmente o marcador aponta 73,8 anos (IBGE, 2013). Ou seja, atualmente nascem menos pessoas em nosso país, porém essas pessoas vivem por mais tempo, sendo a faixa etária que mais cresce é a dos longevos. De acordo com a projeção populacional calculada pelo IBGE (2004), em 2020 nosso país contará com mais de 4 milhões de sujeitos acima dos 80 anos.

De acordo com Neri (2001), o impacto desse processo é multidimensional e é necessária uma preparação em todos os setores para que se possa oferecer condições dignas aos idosos que fazem e farão parte da nossa sociedade.

Portanto, necessita-se ofertar às pessoas idosas suporte e cuidados biopsicossociais e implementar os direitos já estampados na legislação, como na Política Nacional do Idoso (Lei 8842/94) e no Estatuto do Idoso (Lei 10 741/03).

De acordo com o Guia Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial da Saúde (2008), o envelhecimento populacional e a urbanização representam o ápice do desenvolvimento humano, e os idosos, particularmente, necessitam de ambientes que lhes apoiem e capacitem para compensar alterações físicas e sociais decorrentes do processo de envelhecimento.

A própria Constituição Federal de 1988 preocupou-se com a questão dos direitos dos idosos em diversos artigos, como por exemplo, no artigo 230 que estabelece:

“a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

Evidencia-se no Brasil uma parcela significativa de idosos de baixa renda que encontram muita dificuldade para alcançar uma série de direitos, e que dependem de políticas públicas para alcançá-los. É o caso do direito a moradia, exposto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e enfatizado no Estatuto do Idoso.

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada (...)

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. (BRASIL, 2004).

Diante da atual demanda e da necessidade de se fazer concretas tais políticas públicas, percebe-se que é preciso criar ferramentas que possibilitem a eficácia do

Estado diante daquilo que nos é garantido por lei. A Constituição Federal abre caminhos para que a população atue juntamente com os órgãos governamentais, permitindo a busca por consolidar a democracia. A questão da participação social na gestão da cidade encontra-se estampada no Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/01).

Nesse cenário, esse estudo teve como objetivo analisar a contribuição do Grupo de Articulação para Moradia de Idosos da Capital - GARMIC, que por meio da participação social dos idosos engajados no movimento, conseguiu articular uma forma de implementar moradia adequada para idosos de baixa renda a partir da experiência da Vila dos Idosos – Pari/SP. Trata-se de um recorte de uma pesquisa que encontra-se em desenvolvimento, sendo essa, um estudo transversal, baseado no método qualitativo de investigação.

A metodologia utilizada até a presente fase da pesquisa consistiu em revisão da literatura sobre o GARMIC e sobre a Vila dos Idosos, e realização de visitas ao local. Para a fase seguinte do estudo será empregado o método da observação participante, com utilização de ficha de campo, além de entrevistas com integrantes do GARMIC e com moradores mais antigos da Vila dos Idosos que exerceram alguma participação na implementação daquele espaço de moradia.

Com os resultados parciais obtidos até o momento, foi possível entender a dinamicidade do GARMIC e o protagonismo dos idosos na luta pela implantação da Vila. Para o final da pesquisa espera-se ampliar a reflexão sobre a força do poder popular que os idosos podem vir a desempenhar em diferentes campos de atuação para caracterizar um envelhecimento ativo e saudável, corroborando com o que é previsto no Guia Cidade Amiga do Idoso (OMS, 2008) e no Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (OMS, 2015), ao apontar que a inclusão social e a contribuição nas diversas áreas da vida comunitária, capacitam as pessoas a viverem ativamente.

2 | A NATUREZA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Atentando-se para a importância da participação social é certo afirmar que o GARMIC se encaixa como uma das formas de sua efetivação, afinal, por meio da articulação dos movimentos sociais direitos são garantidos ou até mesmo conquistados. Nesse sentido, cabe refletir acerca da natureza dos movimentos. O conceito, propriamente dito, do termo “movimento social” é uma problemática para os estudiosos.

(...) O campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem. Os movimentos são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar. Os vários autores tentam isolar alguns aspectos empíricos dos fenômenos coletivos, mas como cada autor acentua elementos diferentes, dificilmente se pode comparar definições. Infelizmente, estas são mais definições empíricas do que conceitos analíticos. (MELUCCI, p. 54-55, 1989)

Para que se prossiga com as reflexões, precisa-se compreender a visão marxista em torno da relação dos movimentos com as classes sociais. Tal visão, apesar de ser criticada atualmente, é de extrema importância, pois norteou e ainda norteia os estudos à cerca da temática.

Para Marx (2006), a existência das classes sociais possui uma natureza objetiva, ou seja, é fruto de ações institucionalizadas, já enraizadas em nossa sociedade, é algo externo ao indivíduo. Tal objetividade acaba gerando representações simbólicas - através da reprodução - e é por meio destas que os indivíduos constroem percepções à cerca de seus congêneres e dos demais, surgindo assim uma condição subjetiva à cerca das classes, que é coexistente à condição objetiva, explicitada acima.

Este é um ponto fundamental dentro da visão marxista de classe. Apesar da existência da realidade objetiva, é necessário que haja o reconhecimento subjetivo em torno das classes, que permite que os indivíduos reconheçam as ligações entre seus semelhantes, ou seja, só há classe social se existir consciência de classe.

(...) na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (...) (MARX, 2006, cap. VII).

Desta forma, através da visão marxista, pode-se compreender a formação dos movimentos sociais como fruto do reconhecimento de classe, afinal, quando um grupo tem a capacidade de se representar, de exigir seus direitos, ele tem a consciência de uma demanda que unifica os indivíduos que se encontram naquela determinada situação.

Segundo Scherer Warren (1987), os estudiosos contemporâneos dos movimentos sociais os dividem em dois períodos. O primeiro é justamente o apontado por Marx, onde o foco dos movimentos volta-se para as classes sociais: seus conflitos, o reconhecimento destas, e por fim, a objetivação da construção de uma sociedade livre de tais.

Sendo assim, o conceito de movimentos sociais já se referiu única e exclusivamente à ação e organização de indivíduos de uma mesma classe, porém as estruturas que compõe um movimento social na atualidade, empiricamente negam tal afirmação. Surge, portanto, os denominados Novos Movimentos Sociais (NMSs), que acabam compondo o segundo período apontado por Scherer Warren (1987).

De acordo com Laclau (1986), os NMSs rompem com os modelos do século XVIII. Tal estudo permite que nos soltemos um pouco das amarras deterministas e enfatiza a autonomia do indivíduo, que atualmente tem uma maior possibilidade de se politizar em espaços alternativos de luta.

Sader (1988), aponta que os arranjos que delineiam um movimento na atualidade são dos mais variáveis. Um movimento social pode ser formado por mulheres que buscam igualdade de gênero, por um grupo racial que denuncia preconceitos

camuflados em ações cotidianas, ou até mesmo por moradores de uma comunidade que se organizam contra a tomada de decisões tidas como negativas á cerca das proximidades de suas residências.

Gohn (1985), possibilita encontrar um ponto de equilíbrio entre a visão marxista e os estudos contemporâneos, e afirma que a classe social interfere na maneira de se manifestar e que são justamente as diferentes formas de luta que dão os distintos aspectos dos movimentos sociais.

Portanto, seguindo essa lógica, pode-se afirmar que os movimentos sociais carregam diferentes vivências, que na maioria das vezes são configuradas pelas classes sociais, e que estas acabam influenciando na forma do manifesto. Isso não quer dizer necessariamente que haja total interferência de uma determinada classe social sobre um movimento, mas também não neutraliza o impacto das condições no formato da luta.

3 | O URBANISMO E O GARMIC

De acordo com Gohn (2001), no Brasil pós colonização, o histórico de movimentações e de lutas por direitos começa a se acentuar no século XVIII, com os movimentos pela independência. Mais tarde, no século XIX ocorrem movimentações em torno de questões como a escravidão, a cobrança de impostos, lutas entre categorias socioeconômicas, entre outras. Tais episódios influenciaram e são referências para os movimentos sociais contemporâneos, o que a autora chama de “herança”.

Busca-se para o presente artigo, à partir desta contextualização, atentar-se às movimentações e lutas urbanas, emergentes no século XX.

O século XX, desde seu início, imprimirá um novo caráter às lutas sociais no Brasil. O caráter urbano passa a ter tonalidade própria, criada a partir de uma problemática que advém das novas funções que passam a se concentrar nas cidades. Progressivamente a indústria, e as classes sociais que lhes são caudatárias, orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano. (GOHN, 2001, p. 59-60)

É neste momento que as lutas de classes populares e médias por moradia - objeto deste estudo - começam a se formar. Diversos fatores vieram a contribuir para a construção de tal demanda. É importante ater-se nas mudanças desenvolvimentistas que o Brasil viveu durante o século XX e que alteraram toda a configuração nacional.

O Estado de bem-estar, no Brasil, compreende um período que se situa desde o início da era “Era Vargas”, em 1930, até o final dos anos 60, quando os duros danos causados pela ditadura militar começam a surtir maiores efeitos.

Em suma, foi um uma fase que priorizou um projeto liberal, industrializante e também nacional-desenvolvimentista. Neste período houve a intensificação do crescimento urbano, que aos poucos começou a receber atenção das políticas públicas.

Marinho (2008), destaca o Êxodo Rural, ocorrido no século XX, como um fenômeno

de grande importância, que acarretou no crescimento vertiginoso das cidades. As famílias deixaram seus lares na zona rural em busca de melhores condições, tal ideário foi reforçado pelo processo de industrialização e sua demanda por mão de obra.

Entretanto, isto ocorreu sem que houvesse qualquer planejamento. Esse aumento dos centros urbanos não contou com preparo econômico, espacial e social para a recepção de um número tão grande de sujeitos que passariam a construir suas vidas nestes novos meios.

Deste modo, Marinho (2008) ainda afirma que neste momento forma-se uma espécie de cinturão de miséria nas periferias da zona urbana. Tal realidade ainda é extremamente forte na atualidade, visto que grande parte da população vive em submoradias, sem condições dignas, o que acaba gerando uma série de interferências negativas na qualidade de vida do sujeito que se encontra nessa situação.

a dignidade da pessoa humana como comando constitucional será observado quando os componentes de uma moradia adequada forem reconhecidos pelo Poder Público e pelos agentes privados, responsáveis pela execução de programas e projetos de habitação e interesse social, como elementos necessários à satisfação do direito à moradia. (SAULE JÚNIOR, 1997:84).

Segundo Gohn (2001), com a urbanização as classes populares começaram a ganhar um caráter inovador competindo como atores históricos que paulatinamente passaram a ganhar direitos, como os trabalhistas. Os movimentos sociais também passam a surgir em diferentes pontos da nação (principalmente após 1945) reivindicando as mais diversas questões.

Todos esses fatores contribuíram para a formação de uma pauta que se voltasse para a questão da moradia, principalmente nas metrópoles. A aglomeração nos centros urbanos e o esvaziamento do meio rural fez com que as cidades se expandissem por meio das periferias, era necessário pensar em meios que suportassem abrigar toda essa demanda populacional.

Nos anos 1930 as questões em torno de um projeto habitacional começam a ganhar forma. Surgem assim, os Planos de Institutos, nos anos 1940, criando conjuntos residenciais de funcionários ou industriários, porém seus números eram insuficientes (GOHN, 2001).

À partir de então a luta em volta da questão só aumentaria, destaca-se aqui os seguintes movimentos: Movimento pela Casa Própria, que atuou em diversas capitais do país, nos anos de 1960 e 1961; Movimento das Favelas, que ocorreu em São Paulo e Belo Horizonte, este ocorreu durante a ditadura militar e visava reivindicar desde melhorias generalizadas ligadas à saneamento até projetos de reurbanização e posse da terra; e por fim, o Movimento de Luta pela Moradia das Associações Comunitárias, criada em 1983, na zona Sul de São Paulo, considerado importante, pois é tido como o núcleo que originou toda luta por moradia habitacional naquela região, ampliando mais tarde sua atuação para toda cidade.

Diante da efetivação dos movimentos sociais urbanos voltados para as questões

habitacionais, esse estudo destaca um movimento que tem a mesma pauta, porém é pouco comum no Brasil, pois é formado por pessoas acima dos 60 anos: o Grupo de Articulação para Moradia de Idosos da Capital. Reconhecendo as necessidades de se repensar questões ligadas à urbanização e também à velhice destaca-se a formação do GARMIC, que impulsionou e ainda impulsiona um forte papel social em prol dos idosos residentes em São Paulo, e que encontram-se em vulnerabilidade. O grupo tem caráter de movimento social, uma vez que empenha o papel de luta por moradias dignas para idosos na capital paulista.

Quiroga (2007), relata a existência de um fenômeno muito recorrente na vida dos idosos que recebem benefícios salariais no Brasil, onde seus familiares acabam se apropriando da parte financeira, como por exemplo, filhos operando o salário de aposentadoria dos pais, que muitas vezes são deixados de lado e acabam perdendo autonomia e conforto básico que lhes deveriam ser dados. Geralmente, tal fenômeno desencadeia a perda de privacidade e de bem-estar na vida do idoso, que acaba ou se tornando um indigente, ou recorrendo a casas clandestinas que costumam cobrar aluguéis abusivos para que os idosos sobrevivam em um ambiente carente de atenção e dignidade.

Quiroga (2007) aponta a Casa Lar e Convivência São Vicente de Paula como berço do movimento GARMIC, foi lá que as ideias começaram a ganhar o formato de luta. Buscava-se naquele momento, apoiar e resgatar a dignidade de um grupo de idosos indigentes, através de aulas de cidadania, o objetivo era conscientizá-los, para que assim, retornassem ao convívio social de forma adequada.

De acordo com Quiroga (2007), durante anos o GARMIC buscou uma conquista, que era a construção de uma vila, exclusiva para os idosos desamparados. Depois de muitas frustrações e muitos esforços, a proposta passou pelo Orçamento Participativo do município de São Paulo, para que se obtivesse financiamento. A autora ainda afirma que, este teve o auxílio do repasse de verbas autorizado pelo governo federal, mais especificamente pelo Ministério das Cidades, em 2003. Neste âmbito, o projeto foi aprovado como prioridade e possuía a previsão para orçamento já no ano seguinte. A licitação foi implantada em maio de 2004, seis meses depois as obras iniciaram-se. O projeto recebeu o nome de Vila dos Idosos.

O projeto Vila dos Idosos dispõe de 145 unidades habitacionais, distribuídas entre o andar térreo e mais três pavimentos, com 48 apartamentos de 43 m² contendo 01 dormitório e 72 quitinetes, de 29 m² cada uma. Do total das unidades, 09 apartamentos e 16 quitinetes no andar térreo foram adaptados para pessoas com dificuldade de locomoção, havendo espaço para circulação de cadeiras de rodas. O edifício é provido de elevadores e área para o convívio comunitário. (MONTEIRO, 2012)

Monteiro (2012) aponta em seu estudo a importância da adequação da moradia para se atender as necessidades provenientes da velhice e expõe algumas características especiais presentes na Vila dos Idosos, como a construção de banheiros mais espaçosos, que permitem a circulação de cadeiras de roda. Para além,

a autora ainda põe em pauta a questão da função social que deve ser empregada pela propriedade. O terreno que antes não possuía tal papel passou a abrigar o projeto e se tornou moradia para dezenas de idosos.

Quiroga (2007), relata que, além desta consecução, o GARMIC também conquistou o Parque do Gato, que em 2007, contava com 26 unidades e atendia 31 idosos, este projeto foi concretizado em 2004. Também alcançou a realização da Casa do Idoso, uma moradia provisória, que em 2007 abrigava 10 idosos.

Fazendo uma ponte entre o caso do GARMIC e a visão marxista em torno da concepção dos movimentos sociais pode-se perceber a importância do reconhecimento de classe frente ao impulso que viabiliza à luta.

Se não houvesse o reconhecimento dos idosos indigentes como uma classe, se estes não se unissem por uma pauta em comum, continuariam se esbarrando nas ruas como indivíduos quaisquer e dificilmente teriam condições de lutar por uma moradia digna. Foi à partir do reconhecimento coletivo (possibilitado através dos encontros na Casa Lar e Convivência São Vicente de Paula) que os idosos em questão tomaram consciência de classe e conseqüentemente se engajaram na luta, criando o movimento GARMIC.

Sabe-se que o número de idosos beneficiados pelo GARMIC, e também pelas políticas públicas que abrangem a temática da moradia, ainda é muito pequeno diante da real demanda. Segundo a Prefeitura do Município de São Paulo (2011), a região central da cidade (região onde se localiza o bairro Pari, que sedia a Vila dos Idosos) é a região que mais atrai moradores de rua no município.

No último censo da população em situação de rua realizado na capital paulista (2011) foi apontado 4.319 indivíduos declaradamente moradores de rua vivendo na região central da cidade, destes cerca de 345 (8% do total) são idosos. Tal número torna este grupo o segundo maior de acordo com a faixa etária, ficando atrás apenas dos sujeitos intitulados adultos (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2011).

Nesse sentido, o estudo em questão entende que os movimentos sociais constituídos por idosos podem representar uma contribuição significativa na implementação de políticas, como a Estratégia Cidade Amiga do Idoso, criada no ano de 2008, pela OMS para o alcance do direito à cidade para todas as idades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do aumento do número de pessoas idosas na população brasileira, sendo uma grande parcela de baixa renda, serão necessárias novas alternativas que deem conta da demanda por moradia que se apresentará para os próximos anos.

Para além, o presente artigo não deixa de voltar-se para questões como a representatividade e o engajamento do idoso em sua própria luta, colocando-o como

ator ativo na construção de suas conquistas e prezando pela manutenção de sua autonomia.

Prezar pela autonomia do idoso é algo fundamental para a manutenção de uma velhice minimamente saudável. O GARMIC é uma peça exemplar para expor tal afirmação, pois além de ir de encontro com a busca por tal autonomia através da conquista da moradia digna para sujeitos dessa faixa etária, ainda mostra a capacidade do idoso em desempenhar sua própria luta, uma vez que o movimento é formado por sujeitos que em sua maioria são maiores de 60 anos.

Aborda-se, portanto a questão do protagonismo do idoso, assunto que vem ganhando cada vez mais visibilidade, uma vez que estamos passando pelo processo de envelhecimento da população em nosso país. A Organização Mundial da Saúde também reconhecendo a importância do envelhecimento ativo e saudável lança documentos como o Relatório Mundial do Envelhecimento e da Saúde (OMS-2015), além da clássica estratégia Cidade Amiga do Idoso do ano de 2008.

Minayo (2001), em seus estudos, nos afirma que o termo protagonismo é utilizado constantemente no campo das Ciências Sociais para se referir àqueles que são primordiais para desenvolverem uma história, é uma espécie de variante do termo sujeito e volta-se para apontar indivíduos ou grupos que são responsáveis por desencadear ações de maneira ativa na construção dos acontecimentos.

Sendo assim, quando aborda-se o protagonismo do idoso, retira-se este grupo do espaço de meros espectadores da história e colocando-o como responsável por suas próprias lutas.

O GARMIC organiza-se para enfrentamento da questão da moradia digna, e nesse sentido, apura-se que a legitimidade e o empenho empodera os participantes tornando-os pessoas ativas na reivindicação dos direitos fundamentais postos na Constituição Federal de 1988, conseqüentemente impulsionando políticas públicas habitacionais.

Desse modo, o artigo possibilitou conhecer o Grupo de Articulação para a Moradia de Idosos da Capital, um movimento social formado por idosos. E, assim visou despertar uma nova perspectiva para o envelhecimento humano, retirando o estereótipo de que a velhice é a fase da inatividade, e inserindo um papel social de fundamental importância para o ser humano, o papel das lutas, das reivindicações, do protagonismo nos movimentos engajados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL. **Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

GOHN, M. da G. M. **Movimentos populares urbanos e democracia**. In: Serviço Social e Sociedade,

v.6, n. 17. São Paulo: Cortez, 1985.

GOHN, M. da G. M. **História dos movimentos e lutas sociais - A construção da cidadania dos brasileiros**. Editora Loyola. São Paulo, 2001.

IBGE, **Censo Demográfico**. Tabela extraída de: 1. Até 1980: *Estatísticas do Século XX no Anuário Estatístico do Brasil*, 1985, vol. 46, 1985; 2. Até 2000: Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE. 2004.

IBGE, **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1980 - 2050 – Revisão 2004**. Metodologia e Resultados. Rio de Janeiro: IBGE. 2004.

IBGE. **Populações**. 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm Acesso em: 01 de Maio de 2016

LACLAU, E. **Os Movimentos sociais e a pluralidade do social**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais (2), 1986.

MARINHO, Jefferson L. A. **Moradia digna: Um direito de todos, um dever do Estado, uma realidade de poucos**. Encontro Regional de Estudantes de Direito/ Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária. Rio de Janeiro. 2008.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Editora Centauro. São Paulo, 2006.

MELUCCI, Alberto. **Um objeto para os movimentos sociais?** In: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, São Paulo, 17ª Edição, 1989, p 49 - 66.

MINAYO, M. C. S. **Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 6(1):7-19, 2001.

MONTEIRO, L.C.A. **Políticas públicas habitacionais para idosos: um estudo sobre os condomínios exclusivos**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. 2012.

NERI, A. L. **Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em psicologia e sociologia**. In A. L. Neri (Org.), Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas (pp.11-37). Campinas: Papyrus. 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (Resumo)**. 2015. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> Acesso em: julho 2017

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Guia global das cidades amigas das pessoas idosas**. 2008. Versão traduzida para o português. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789899556867_por.pdf>. Acesso em: março de 2017.

QUIROGA, Olga L. L. de. **O Garmic e a luta por moradia para idosos na cidade de São Paulo**. In: Revista Kairós, São Paulo, 10(1), 2007, pp .213-220.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1988.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Censo da população em situação de rua na municipalidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – FESPSP, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais**. In: Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

